

Câmara Legislativa consolida autonomia política de Brasília

Salviano Guimarães *

Quase dois anos depois da Câmara Legislativa do Distrito Federal entrar em funcionamento, é possível dizer que ela está praticamente consolidada. Mas, para que isso se realizasse, tivemos que travar uma luta diária contra os preconceitos que ainda cercavam a perspectiva de funcionamento de uma Casa Legislativa na capital da República.

Brasília foi uma cidade que sofreu muito com o período dos governos militares. A cidade tinha apenas quatro anos de vida quando Jango Goulart foi deposto e os militares tomaram o poder, depois de vários anos de crise que começaram ainda no governo de Jânio Quadros e chegaram ao auge com sua renúncia, em agosto de 1961.

Jânio, como se sabe, não gostava de Brasília, e fazia coro com cariocas e paulistas que ainda não tinham engolido a grande obra de Juscelino. Brasília era taxada de obra faraônica, cidade artificial, e se não fosse o apoio sincero da maioria de intelectuais da época, que viram na nova capital o sinal de novos tempos, Brasília poderia ter soçobrado. Nada era impossível naquela época de incertezas.

Com a chegada dos militares ao Poder, a situação para a cidade piorou sensivelmente, o que antes parecia impossível. Ela passou, imediatamente, a ser comparada com o regime ditatorial, tornando-se voz corrente a tese de que os militares só teriam conseguido chegar ao Poder por causa de Brasília, cidade isolada dos grandes centros políticos. Brasília era vista como cidade fria, impessoal, sem esquinas, templo ideal para o florescimento de um governo que detestava a política e só mantinha o Congresso Nacional aberto por conveniência.

E foi essa a imagem de Brasília durante todo o regime militar. De fato, a cidade sofreu muito com o regime. Ela acostumou-se, de certa forma, a só acreditar no Poder Executivo e ver com uma certa desconfiança movimentos populares de oposição. A Universidade de Brasília foi desmantelada e as demais forças de reflexão da cidade tiveram que isolarse. Ao mesmo tempo, no sul do país, forjava-se a imagem de Brasília como uma "ilha da fantasia", cidade asséptica, sem problemas, ninho de privilegiados.

Foi ainda com parte dessa imagem que Brasília conquistou, com muita luta, sua autonomia política. Foi uma longa luta, uma mobilização

suprapartidária. Em 1988, quando a nova Constituição foi promulgada trazendo consigo a autonomia política para a cidade, que passaria a ter eleições para governador e para uma Câmara Legislativa, Brasília estava pronta para seguir seu caminho de cidade independente, com uma boa qualidade de vida, mas já com todos os problemas comuns às demais cidades, como desemprego, favelas, falta de habitação. O entorno da cidade inchava de maneira desordenada e sua população já era três vezes maior do que se previra, em 1960, para a mesma época.

Em 1990 tivemos, finalmente, nossa primeira eleição para governador e deputados distritais. A Câmara começou a funcionar em 1991, com 24 deputados distritais. Fui eleito seu primeiro presidente. Tínhamos muito trabalho pela frente. Era preciso instalar a Câmara fisicamente (não temos sede própria), e dar início aos trabalhos legislativos. Nesses primeiros dois anos, tínhamos como missão maior a elaboração de uma Lei Orgânica para o Distrito Federal, uma espécie de Constituição que definisse a atribuição dos poderes e fixasse normas de atuação e procedimento, como a ocupação da terra, o desenvolvimento físico da cidade, o desenvolvimento econômico e demais providências que, antes, eram atribuições unicamente do Poder Executivo.

A Lei Orgânica foi elaborada e, atualmente, o parecer da Comissão de Sistematização encarregada de elaborá-la está sendo votado em plenário com entusiástica participação de todos os deputados. A elaboração dessa Lei Orgânica, aliás, serviu de ótima lição para todos nós deputados, pois para elaborá-la acima de qualquer interesse pessoal soubemos superar entraves partidários e ideológicos para darmos ao Distrito Federal uma Lei Maior que servisse a todos os seus moradores, e não a esta ou aquela tendência. Foi (e está sendo) um belo aprendizado de Brasília.

Outras questões foram também sendo levantadas aos poucos, foram sendo amadurecidas. Como presidente da Casa e cidadão de Brasília, sempre me preocupou o fato de termos conquistado a independência política, mas estarmos ainda totalmente dependentes da União em termos financeiros, e sem necessidade. Quando, ainda no governo Collor, foi enviado ao Congresso o novo orçamento da União em que eram cortados os subsídios para o DF nas

áreas de educação, saúde e segurança (problema, afinal, ainda não resolvido), vimos que era chegada a hora de mobilizarmos o Distrito Federal para defender seus direitos.

A questão da dependência financeira do DF em relação à União sempre foi uma questão mal colocada que acabou tornando-se verdade absoluta. Muita gente imagina que Brasília só existe em função do Governo Federal, como se não contribuíssemos em nada para a União. Nada mais falso. O DF arrecada, em impostos federais, mais de 2 bilhões de dólares e recebe de volta, via Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios, 55 milhões de dólares. O DF é, ao lado do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, gerador de receita, enquanto os demais estados é que são realmente dependentes da União.

A Bahia, por exemplo, arrecada cerca de 700 milhões de dólares e recebe de volta mais de um bilhão de dólares. O mesmo acontece com outros importantes estados brasileiros. Sabemos que esses estados têm graves problemas sociais, como de resto o Brasil inteiro, mas o Distrito Federal também tem esses problemas - e sérios.

Foi por esse motivo que propusemos a criação de um fundo (quota) de participação nos impostos arrecadados pela União em Brasília. Com esse fundo, resolveríamos de vez essa situação constrangedora de dependermos de verbas especiais da União para sustentarmos as áreas de segurança, saúde e educação. Nós temos direito a mais verbas, pois arrecadamos para isso. A proposta de criação desse fundo já está no Congresso para ser incluída na revisão constitucional prevista para o ano que vem. Essa preocupação com a falsa dependência do DF tem mobilizado todas as forças políticas de Brasília, e merece toda a atenção de nossa bancada no Congresso Nacional.

Portanto, nesses dois anos, a Câmara Legislativa conseguiu ocupar o espaço a ela reservado: a de verdadeira interlocutora da população, soberana intérprete de suas reivindicações mais profundas. Como presidente da Câmara nestes primeiros dois anos, olho para trás com a consciência tranquila. Procurei ser o poder moderador da Casa, agindo acima dos partidos. Acho que consegui. E consegui também chegar a esse ponto do meu trabalho com muito orgulho desta Casa, de seus deputados e funcionários, que trabalharam duro para retribuir a confiança depositada pela população nas urnas.

*Salviano Guimarães é deputado distrital e Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal